COM BASE NO EDITAL N.º 01/2026

apostilas opção

GCM MARABÁ-PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ - PARÁ

GUARDA MUNICIPAL



- Língua Portuguesa
- Matemática e Raciocínio Lógico
- Noções de Informática
- Conhecimentos do Município
- Noções de Direito Administrativo
- Noções de Direito Constitucional e Direitos Humanos
- Noções de Direito Penal e Processo Penal

CONTEÚDO DIGITAL

- Legislação Extravagante

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- Questões gabaritadas.
- Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Adquira aqui sua apostila completa

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

GCM MARABÁ-PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ - PARÁ

GUARDA MUNICIPAL

EDITAL N.º 01/2026

CÓD: OP-132NV-26
7901204406236

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de textos 9
2. Gêneros e tipos de texto 10
3. Ortografia 11
4. Divisão silábica 11
5. Acentuação gráfica 13
6. Emprego do sinal indicativo da crase 14
7. Estrutura e formação de palavras 15
8. Classes de palavras, flexão e emprego 16
9. Sintaxe da oração e do período 24
10. Concordância nominal e verbal 29
11. Regência nominal e verbal 31
12. Colocação pronominal 32
13. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, conotação e denotação 33
14. Figuras de sintaxe, de pensamento e de linguagem 34

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Situações problema envolvendo equações e sistemas de equações do 1º e do 2º grau 45
2. Situações problema, envolvendo cálculo de perímetro e área das principais figuras planas com suas respectivas unidades de medida 49
3. Matemática comercial e financeira: razão, proporção, regra de três simples e composta, porcentagem e juros simples 52
4. Tratamento da informação: interpretação de situações apresentadas na forma de tabela ou gráfico 58
5. Raciocínio Lógico compatível com o Nível Médio 64

Noções de Informática

1. Hardware: Dispositivos de Armazenamento, Memórias e Periféricos 89
2. Sistemas Operacionais Windows: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos 89
3. Editor de Textos: Word, Power Point, Excel e impressão 97
4. Ferramentas de Comunicações e Reuniões Online: Microsoft Teams, Google Meet, Zoom, Skype e Google Hangout 135
5. Internet: Intranet, Extranet, Sítios de Busca e Pesquisa na internet, nuvem e redes sociais; Navegadores - Mozilla Firefox/ Google Chrome – Internet: Navegação Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas, redes sociais, tecnologia da informação e segurança de dados 144
6. Segurança da Informação: Princípios de Segurança, Confidencialidade e Assinatura digital, Procedimentos de Segurança e Backup, Ferramentas de Segurança (antivírus e firewalls), Malwares, Ataques 154
7. Extensão e Arquivos 158

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Conhecimentos do Município

1. Localização e limites do Município de Marabá; Hidrografia do Município de Marabá; População atual do Município de Marabá; Aspectos políticos, administrativos, econômicos e culturais do Município de Marabá; Pontos turísticos do Município de Marabá; Patrimônio cultural do Município de Marabá; Clima e vegetação do Município de Marabá; Ocupação geográfica do Município de Marabá; Bairros da cidade de Marabá – localizações e populações; História do Município de Marabá 167

Noções de Direito Administrativo

1. Estado, Governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes, natureza, fins e princípios 179
2. Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios 181
3. Ato Administrativo: Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; Invalidação, anulação e revogação; Prescrição 184

Noções de Direito Constitucional e Direitos Humanos

1. Dos Princípios Fundamentais (Art. 1º ao 4º da CRFB/88) 193
2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Art. 5º ao 11 da CRFB/88); Dos Direitos Políticos (Art. 14 ao 16 da CRFB/88) 194
3. Da Organização do Estado (Art. 18 a 31; Art. 37 a 41 da CRFB/88) 202
4. Da Segurança Pública (Art. 144 da CRFB/88) 215
5. Da Política Urbana (Art. 182 e 183 da CRFB/88) 216
6. Direitos Humanos: conceito, características, categorias e gerações 217

Noções de Direito Penal e Processo Penal

1. Dos Crimes (Art. 13 ao 25 do Código Penal) 223
2. Dos Crimes contra a Pessoa e contra o Patrimônio (Art. 121 ao 183 do Código Penal) 235
3. Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual (Art. 213 ao 218-C do Código Penal) 286
4. Dos Crimes Contra a Fé Pública (Art. 289 ao 311 do Código Penal) 293
5. Dos Crimes contra a Administração Pública (Art. 312 ao 337-A do Código Penal) 304
6. Do Inquérito Policial (Art. 4º ao 23 do Código de Processo Penal) 313
7. Da Prova: Disposições Gerais (Art. 155 ao 157 do Código de Processo Penal);Da Prova: Do Exame de Corpo de Delito, Da Cadeia de Custódia e das Perícias (Art. 158 ao 184 do Código de Processo Penal); Da Prova: Da Busca e Apreensão (Art. 240 ao 250 do Código de Processo Penal) 321
8. Da Prisão, Das Medidas Cautelares e Da Liberdade Provisória: Disposições Gerais e da Prisão em Flagrante (Art. 282 ao 310 do Código de Processo Penal) 333

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Conteúdo Digital
Legislação Extravagante

1. Lei Municipal n.º 17.361/2009 - Cria a Guarda Municipal de Marabá..... 3
2. Lei Municipal n.º 17.431/2010 - Institui o Estatuto da Guarda Municipal de Marabá 3
3. Lei Municipal n.º 18.165/2022 - Dispõe sobre vagas para mulheres na Guarda Municipal de Marabá 3
4. Lei Municipal n.º 17.811/2017 - Cria a Ouvidoria e a Corregedoria da Guarda Municipal de Marabá 4
5. Lei Municipal n.º 18.163/2022 - Altera a Lei 17.811/2017 que criou a Ouvidoria e a Corregedoria da Guarda Municipal de Marabá..... 4
6. Lei n.º 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas)..... 4
7. Lei n.º 11.343/2006 (Lei de Drogas)..... 7
8. Lei n.º 7.716/1989 (Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor) 20
9. Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990: Disposições Preliminares (artigos 1º ao 6º); Da Prática de Ato Infracional (artigos 103º ao 109º); Do Conselho Tutelar (artigos 131º ao 137º) e Dos Crimes (artigos 225º ao 244º- B) 22
10. Estatuto do Desarmamento: Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (artigos.1º ao 21º)..... 27
11. Decreto n.º 11.615/2023, estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios 31
12. Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha – Violência doméstica e familiar contra a mulher, artigos 1º ao 8º) 50
13. Lei n.º 13.869/2019 (Lei do Abuso de Autoridade)..... 52
14. Lei n.º 13.675, de 11 de junho de 2018 – Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública 55
15. Lei Municipal n.º 17.384/2009 - Altera a Lei Municipal n.º 17.361 que criou a Guarda Municipal de Marabá..... 67

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua "Área do Cliente" em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) *"Educação para todos"* inclui também os deficientes.

Resolução:

Em "A" – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em "B" – Certo: o complemento "mais ou menos severas" se refere à "deficiências de toda ordem", não às leis.

Em "C" – Errado: o advérbio "também", nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em "D" – Errado: além de mencionar "deficiências de toda ordem", o texto destaca que podem ser "permanentes ou temporárias".

Em "E" – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

GÊNEROS E TIPOS DE TEXTO

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

▸Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

▸Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

SITUAÇÕES PROBLEMA ENVOLVENDO EQUAÇÕES E SISTEMAS DE EQUAÇÕES DO 1º E DO 2º GRAU

Equação do 1º grau

As equações do primeiro grau são aquelas que podem ser representadas sob a forma **ax + b = 0**, em que **a** e **b** são constantes reais, com a diferente de 0, e x é a variável. A resolução desse tipo de equação é fundamentada nas propriedades da igualdade descritas a seguir.

Adicionando um mesmo número a ambos os membros de uma equação, ou subtraindo um mesmo número de ambos os membros, a igualdade se mantém.

Dividindo ou multiplicando ambos os membros de uma equação por um mesmo número não nulo, a igualdade se mantém.

- **Membros de uma equação**

Numa equação a expressão situada à esquerda da igualdade é chamada de 1º membro da equação, e a expressão situada à direita da igualdade, de 2º membro da equação.

- 3X + 12	**=**	**2X - 9**
1º membro		2º membro

- **Resolução de uma equação**

Colocamos no primeiro membro os termos que apresentam variável, e no segundo membro os termos que não apresentam variável. Os termos que mudam de membro têm os sinais trocados.

5x – 8 = 12 + x
5x – x = 12 + 8
4x = 20
X = 20/4
X = 5

Ao substituirmos o valor encontrado de x na equação obtemos o seguinte:

5x – 8 = 12 + x
5.5 – 8 = 12 + 5
25 – 8 = 17
17 = 17 (V)

Quando se passa de um membro para o outro se usa a operação inversa, ou seja, o que está multiplicando passa dividindo e o que está dividindo passa multiplicando. O que está adicionando passa subtraindo e o que está subtraindo passa adicionando.

Exemplo:

1. (PRODAM/AM – AUXILIAR DE MOTORISTA – FUNCAB) Um grupo formado por 16 motoristas organizou um churrasco para suas famílias. Na semana do evento, seis deles desistiram de participar. Para manter o churrasco, cada um dos motoristas restantes pagou R$ 57,00 a mais.

O valor total pago por eles, pelo churrasco, foi:
(A) R$ 570,00
(B) R$ 980,50
(C) R$ 1.350,00
(D) R$ 1.480,00
(E) R$ 1.520,00

Resolução:
Vamos chamar de (x) o valor para cada motorista. Assim:
16 . x = Total
Total = 10 . (x + 57) (pois 6 desistiram)

Combinando as duas equações, temos:
16.x = 10.x + 570
16.x – 10.x = 570
6.x = 570
x = 570 / 6
x = 95
O valor total é: 16 . 95 = R$ 1520,00.
Alternativa correta: E

Equação do 2º grau

As equações do segundo grau são aquelas que podem ser representadas sob a forma **$ax^2 + bx + c = 0$**, em que **a, b** e **c** são constantes reais, com **a** diferente de 0, e x é a variável.

- **Equação completa e incompleta**

1) Quando b ≠ 0 e c ≠ 0, a equação do 2º grau se diz completa.
Ex.: x^2 - 7x + 11 = 0 é uma equação completa (a = 1, b = – 7, c = 11).

2) Quando b = 0 ou c = 0 ou b = c = 0, a equação do 2º grau se diz incompleta.
Exs.:
x^2 - 81 = 0 é uma equação incompleta (b=0).
x^2 +6x = 0 é uma equação incompleta (c = 0).
$2x^2$ = 0 é uma equação incompleta (b = c = 0).

- **Resolução da equação**

1º) A equação é da forma **ax^2 + bx = 0 (incompleta)**
x^2 – 16x = 0 ð colocamos x em evidência
x . (x – 16) = 0,
x = 0
x – 16 = 0
x = 16

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Logo, S = {0, 16} e os números 0 e 16 são as raízes da equação.

2º) A equação é da forma **$ax^2 + c = 0$ (incompleta)**
$x^2 – 49 = 0$ ð Fatoramos o primeiro membro, que é uma diferença de dois quadrados.
$(x + 7) . (x – 7) = 0$,
$x + 7 = 0$ $\quad$ $x – 7 = 0$
$x = – 7$ $\quad$ $x = 7$

ou

$x^2 – 49 = 0$
$x^2 = 49$
$\sqrt{x^2} = \sqrt{49}$

$x = \pm 7$, (aplicando a segunda propriedade).
Logo, S = {–7, 7}.

3º) A equação é da forma **$ax^2 + bx + c = 0$ (completa)**
Para resolvê-la usaremos a fórmula de Bháskara.

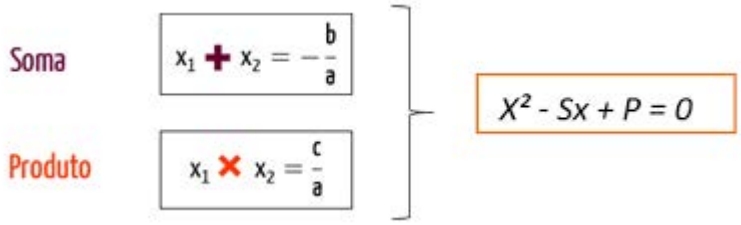
$$ax^2 + bx + c = 0 \Rightarrow x = \frac{-b \pm \sqrt{\Delta}}{2a} \quad \text{onde } \Delta = b^2 - 4ac$$

Conforme o valor do discriminante Δ existem três possibilidades quanto à natureza da equação dada.

$$\begin{cases} \Delta > 0 \rightarrow \textit{Existem duas raı´zes reais e desiguais} \\ \Delta = 0 \rightarrow \textit{Existem duas raı´zes reais iguais} \\ \Delta < 0 \rightarrow \textit{Existem duas raı´zes complexas da forma } \alpha \pm \beta - 1 \end{cases}$$

Quando ocorre a última possibilidade é costume dizer-se que não existem raízes reais, pois, de fato, elas não são reais já que não existe, no conjunto dos números reais, $\sqrt{a}$ quando $a < 0$.

RELAÇÕES ENTRE RAÍZES E COEFICIENTES



Exemplo:
1. (CÂMARA DE CANITAR/SP – RECEPCIONISTA – INDEC) Qual a equação do 2º grau cujas raízes são 1 e 3/2?
(A) $x^2-3x+4=0$
(B) $-3x^2-5x+1=0$
(C) $3x^2+5x+2=0$
(D) $2x^2-5x+3=0$

Resolução:
Como as raízes foram dadas, para saber qual a equação:
$x^2 - Sx + P=0$, usando o método da soma e produto; S= duas raízes somadas resultam no valor numérico de *b*; e P= duas raízes multiplicadas resultam no valor de *c.*

$S = 1 + 3/2 = 5/2 = b$
$P = 1 . 3/2 = 3/2 = c$; substituindo

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

HARDWARE: DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO, MEMÓRIAS E PERIFÉRICOS

Hardware: Componentes Físicos do Computador

- **Conceito de hardware**

Estrutura material do sistema computacional

Hardware é o conjunto de componentes físicos que formam um computador ou dispositivo digital. Ele inclui peças internas, periféricos, placas, cabos, conectores, unidades de armazenamento e equipamentos de comunicação. Diferentemente do software, que corresponde aos programas e instruções, o hardware representa a parte material do sistema, ou seja, aquilo que possui existência física e pode ser instalado, removido, substituído ou reparado.

O hardware é responsável por executar fisicamente as operações solicitadas pelo software. Quando o usuário abre um programa, digita um texto, move o mouse ou imprime um documento, diversos componentes físicos trabalham em conjunto para transformar comandos em resultados visíveis.

- **Principais grupos de hardware**

Classificação conforme a função

A tabela a seguir organiza os principais grupos de hardware, relacionando cada grupo à sua função no funcionamento do computador.

Grupo de hardware	Função principal	Exemplos
Processamento	Executa instruções, cálculos e operações lógicas	Processador e placa de vídeo
Memória	Mantém dados temporários ou instruções essenciais	RAM, ROM e memória cache
Armazenamento	Guarda arquivos, programas e sistema operacional	HD, SSD, pen drive e cartão de memória
Entrada	Permite inserir dados e comandos no computador	Teclado, mouse, scanner, microfone e câmera
Saída	Apresenta resultados ao usuário	Monitor, impressora, caixas de som e projetor
Integração	Conecta e organiza a comunicação entre componentes	Placa-mãe, barramentos, portas e conectores

- **Componentes internos principais**

Processador, placa-mãe, memória e armazenamento

O processador, também chamado de CPU, interpreta e executa instruções. A placa-mãe conecta os componentes internos e permite a comunicação entre processador, memória, armazenamento e periféricos. A memória RAM guarda temporariamente os dados em uso, enquanto HD e SSD armazenam arquivos de forma permanente. O SSD, por não possuir partes mecânicas, costuma ser mais rápido que o HD.

O bom funcionamento do hardware depende de compatibilidade, conservação e refrigeração. Poeira, calor excessivo, quedas de energia e peças incompatíveis podem causar lentidão, travamentos, desligamentos inesperados ou danos físicos.

SISTEMAS OPERACIONAIS WINDOWS: CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS, ÁREA DE TRABALHO, ÁREA DE TRANSFERÊNCIA, MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS, USO DOS MENUS, PROGRAMAS E APLICATIVOS, INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS

Windows 11

O Microsoft Windows 11 representa a mais recente iteração da famosa série de sistemas operacionais da Microsoft.

Lançado como sucessor do Windows 10, o Windows 11 foi projetado para oferecer uma experiência de usuário aprimorada, juntamente com melhorias no desempenho, segurança e funcionalidades.

Além disso, a Microsoft introduziu uma série de mudanças no design, tornando o Windows 11 visualmente distinto em relação às versões anteriores.

Recursos do Windows 11

- **Nova interface de usuário:** o Windows 11 traz uma interface de usuário redesenhada, com um novo menu Iniciar no centro da barra de tarefas, cantos arredondados, ícones renovados e uma barra de tarefas simplificada. Essa mudança visa fornecer uma aparência mais moderna e coesa.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

- **Compatibilidade de aplicativos:** o Windows 11 é projetado para ser compatível com a maioria dos aplicativos e programas disponíveis para o Windows 10. Além disso, a Microsoft trabalhou para melhorar a compatibilidade com aplicativos Android por meio da Microsoft Store.
- **Desempenho aprimorado:** a Microsoft afirma que o Windows 11 oferece melhor desempenho em comparação com seu antecessor, graças a otimizações no núcleo do sistema operacional e suporte a hardware mais recente.
- **Mudanças no Snap Layouts e Snap Groups:** as funcionalidades de organização de janelas no Windows 11 foram aprimoradas com o Snap Layouts e Snap Groups, facilitando a organização de aplicativos e janelas abertas em vários monitores.
- **Widgets:** o Windows 11 introduz widgets que fornecem informações personalizadas, como notícias, clima e calendário, diretamente na área de trabalho.
- **Integração do Microsoft Teams:** o Microsoft Teams é integrado ao sistema operacional, facilitando a comunicação e a colaboração.
- **Suporte a jogos:** o Windows 11 oferece suporte aprimorado para jogos com o DirectX 12 Ultimate e o Auto HDR, proporcionando uma experiência de jogo mais imersiva.
- **Requisitos de Hardware:** o Windows 11 introduziu requisitos de hardware mais rígidos em comparação com o Windows 10. Para aproveitar todos os recursos, os dispositivos devem atender a determinadas especificações, incluindo TPM 2.0 e Secure Boot.

É importante mencionar que, além do Windows 11, a Microsoft pode ter lançado versões superiores do sistema operacional no momento em que este texto foi escrito. Como com qualquer sistema operacional, as versões posteriores geralmente buscam aprimorar a experiência do usuário, a segurança e a compatibilidade com hardware e software mais recentes.

O Windows 11 representa uma evolução na família de sistemas operacionais da Microsoft, introduzindo mudanças significativas na interface do usuário e aprimoramentos no desempenho, enquanto mantém a compatibilidade com a maioria dos aplicativos e programas usados no Windows 10.

- **Atalhos de teclado**

O Windows 11, como seus predecessores, oferece uma variedade de atalhos de teclado que facilitam a navegação e a realização de tarefas comuns.

Aqui estão alguns atalhos úteis do teclado para o Windows 11:

- **1. Tecla Windows:** a tecla com o logotipo do Windows, geralmente localizada no canto inferior esquerdo do teclado, é usada em conjunto com outras teclas para realizar várias ações, como abrir o menu Iniciar, alternar entre aplicativos e acessar a barra de tarefas.
- **2. Tecla Windows + D:** minimiza ou restaura todas as janelas, levando você de volta à área de trabalho. Pressionando novamente, você pode restaurar as janelas ao seu estado anterior.
- **3. Tecla Windows + E:** abre o Explorador de Arquivos, permitindo que você navegue pelos arquivos e pastas do seu computador.
- **4. Tecla Windows + L:** bloqueia o computador, exigindo a senha ou o PIN para desbloqueá-lo.
- **5. Tecla Windows + Tab:** abre o novo centro de tarefas, onde você pode visualizar e alternar entre os aplicativos abertos de forma mais visual.
- **6. Tecla Windows + PrtScn:** tira uma captura de tela da tela atual e a salva na pasta "Capturas de tela" na biblioteca de imagens.
- **7. Tecla Windows + S:** abre a pesquisa do Windows, permitindo que você pesquise rapidamente por arquivos, aplicativos e configurações.
- **8. Tecla Windows + X:** abre o menu de contexto do sistema, que fornece acesso rápido a funções como o Gerenciador de Dispositivos, Painel de Controle e Prompt de Comando.
- **9. Tecla Alt + Tab:** alterna entre os aplicativos abertos. Mantenha a tecla Alt pressionada e pressione Tab repetidamente para percorrer a lista de aplicativos.
- **10. Tecla Windows + Números (1 a 9):** abre ou alterna para os aplicativos fixados na barra de tarefas, com base na ordem em que estão fixados.
- **11. Tecla Alt + F4:** fecha o aplicativo ativo ou a janela atual.
- **12. Tecla Windows + Ctrl + D:** cria uma nova área de trabalho virtual. Você pode alternar entre essas áreas de trabalho virtuais usando a Tecla Windows + Ctrl + Seta para a Esquerda/Direita.

- **Área de trabalho (exibir, classificar, atualizar, resolução da tela, gadgets) e menu iniciar (documentos, imagens, computador, painel de controle, dispositivos e impressoras, programa padrão, ajuda e suporte, desligar, todos os exibir, alterar, organizar, classificar, ver as propriedades, identificar, usar e configurar, utilizando menus rápidos ou suspensos, painéis, listas, caixa de pesquisa, menus, ícones, janelas, teclado e/ou mouse**

Área de Trabalho (Desktop)

A área de trabalho é a tela principal do Windows 11, onde você interage com seu computador. É um espaço para organizar ícones, aplicativos e janelas. Você pode personalizar a área de trabalho, mudar o papel de parede e ajustar a resolução da tela para atender às suas preferências.

Exibir e Classificar na Área de Trabalho

Você pode ajustar a forma como os itens na área de trabalho são exibidos e organizados. Isso inclui a opção de exibir ícones maiores ou menores e classificar automaticamente os ícones por nome, data de modificação, tipo e outros critérios.

Atualizar a Área de Trabalho

A opção de atualizar a área de trabalho permite que você reorganize e atualize a exibição de ícones e pastas semelhante ao que aconteceria se você pressionasse a tecla F5 no Explorador de Arquivos.

Resolução da Tela na Área de Trabalho

A resolução da tela afeta a clareza e o tamanho dos elementos na área de trabalho. Você pode ajustar a resolução nas configurações de exibição para adequá-la ao seu monitor.

Gadgets

Os gadgets eram pequenos aplicativos ou widgets que podiam ser colocados na área de trabalho do Windows, oferecendo funcionalidades como previsão do tempo, relógios e notícias em

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONHECIMENTOS DO MUNICÍPIO

LOCALIZAÇÃO E LIMITES DO MUNICÍPIO DE MARABÁ; HIDROGRAFIA DO MUNICÍPIO DE MARABÁ; POPULAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO DE MARABÁ; ASPECTOS POLÍTICOS, ADMINISTRATIVOS, ECONÔMICOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE MARABÁ; PONTOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO DE MARABÁ; PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE MARABÁ; CLIMA E VEGETAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARABÁ; OCUPAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MARABÁ; BAIRROS DA CIDADE DE MARABÁ – LOCALIZAÇÕES E POPULAÇÕES; HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE MARABÁ

Localização e limites do Município de Marabá

- **Posição geográfica e inserção regional**

Coordenadas e situação no território paraense

A sede municipal está situada nas coordenadas 5º22’12” de latitude sul e 49º07’01” de longitude oeste, no sudeste do estado do Pará, em plena confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas. O território soma cerca de 15.128 km², o que corresponde a aproximadamente 1,21% da superfície paraense e a pouco mais de um terço (33,8%) da área da Região de Integração Carajás, da qual o município faz parte. Em linha de viagem terrestre, a distância até Belém, capital do estado, é de aproximadamente 500 km, o que ajuda a explicar a função de polo regional exercida por Marabá sobre o sudeste do estado.

Na divisão regional adotada pelos órgãos oficiais de estatística, o município pertence à Mesorregião do Sudeste Paraense, sendo sede da microrregião e da região intermediária que levam o seu nome.

A confluência fluvial como referência de implantação

O sítio urbano original ocupa a península formada pelo encontro dos dois rios, e é esse ponto de junção que serve de referência para a localização da cidade em qualquer mapa regional. A margem oposta do Itacaiúnas abriga os núcleos planejados mais recentes, enquanto a margem oposta do Tocantins recebeu os núcleos de expansão, interligados ao conjunto central pela ponte rodoferroviária e por travessias secundárias.

A posição também é viária. O município é cortado pela Rodovia Transamazônica (BR-230), conta com acesso pela BR-222 e pela PA-150 e abriga trechos da Estrada de Ferro Carajás, que liga a região mineradora ao litoral maranhense.

- **Limites e confrontações territoriais**

Municípios limítrofes

Marabá faz divisa com treze municípios, distribuídos pelos quatro pontos cardeais. A tabela apresentada abaixo organiza essas confrontações por direção e acrescenta, em cada linha, uma observação histórica ou territorial que ajuda a compreender a origem do traçado, já que boa parte dos vizinhos atuais nasceu de áreas desmembradas do antigo território marabaense.

Direção	Municípios limítrofes	Observação
Norte	Itupiranga, Rondon do Pará, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Jacundá	Itupiranga e Jacundá foram desmembrados de Marabá no fim da década de 1940
Leste	Bom Jesus do Tocantins, São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia	São João do Araguaia foi emancipado em 1961
Sul	Parauapebas, Eldorado do Carajás, Curionópolis, São Geraldo do Araguaia e São Félix do Xingu	Parauapebas e Curionópolis foram emancipados em 1988
Oeste	São Félix do Xingu	Divisa com extensas áreas florestais e protegidas

A leitura da tabela mostra que as faces norte, leste e sul concentram os limites com municípios criados a partir do próprio território de Marabá, o que revela um processo contínuo de fragmentação político-administrativa ao longo do século XX. Na face sul, a perda das áreas de Parauapebas e Curionópolis em 1988 retirou do município as áreas centrais da mineração de ferro, mas manteve sob sua jurisdição parte importante da malha viária e ferroviária que escoa a produção mineral. Na face oeste, o único vizinho é São Félix do Xingu, município de grande extensão e de fronteira florestal.

Efeito dos limites sobre a organização do espaço

Os limites não são apenas linhas num mapa: orientam a distribuição de serviços, a cobrança de tributos e os fluxos diários de pessoas. Os vizinhos do norte, ao longo do Tocantins, mantêm laços fluviais e comerciais com a cidade. Os do sul, ligados à mineração, dependem de Marabá para saúde, ensino superior e serviços especializados. Já os do leste, na margem oposta do rio, orbitam em torno das rodovias que partem do núcleo São Félix. Entre os principais efeitos territoriais dessa configuração, destacam-se os seguintes:

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

- Polarização regional, pois a cidade concentra equipamentos que atendem mais de trinta municípios das regiões de Carajás e do Araguaia.
- Pressão sobre a infraestrutura urbana, decorrente da migração diária e sazonal de moradores dos municípios limítrofes.
- Disputa por recursos tributários e compensações vinculadas à mineração, que se deslocaram para os municípios emancipados.

Clima e vegetação do Município de Marabá

Clima equatorial úmido com estação seca definida

Temperatura e umidade

O município está sob domínio de clima equatorial úmido, típico da Amazônia oriental. A temperatura média anual gira em torno de 26,5 ºC, com máximas médias próximas de 31 ºC e mínimas próximas de 22 ºC, de modo que a amplitude térmica ao longo do ano é pequena. O calor é constante, e a diferença entre as estações se expressa mais pela chuva e pela umidade do ar do que pelo termômetro. Nos meses de estiagem, porém, as tardes podem registrar valores bem superiores à média, o que intensifica a sensação de calor e a evaporação dos corpos d'água.

Regime de chuvas e estiagem

A precipitação média anual é da ordem de 2.000 mm, concentrada nos primeiros meses do ano, quando as chuvas se tornam constantes e elevam o nível dos rios. Em contrapartida, há cerca de três meses de estiagem pronunciada, no período central do ano, em que a vazante expõe bancos de areia no leito do Tocantins. Esse ritmo, alternando cheia e vazante, organiza a vida local: a pesca, a navegação e o lazer nas praias fluviais seguem o calendário das águas, e a estação seca é também o período de maior incidência de queimadas na zona rural.

Cobertura vegetal e áreas protegidas

Formações florestais

A vegetação original do município pertence ao bioma amazônico e se distribui em duas formações principais. A floresta ombrófila aberta, com palmeiras, ocupa áreas de estiagem mais marcada e dossel menos contínuo. A floresta ombrófila densa, representada pelas subformações aluvial e submontana, ocorre onde as chuvas são intensas e constantes: a aluvial acompanha as várzeas e margens dos rios, sujeita a inundação periódica, enquanto a submontana reveste os terrenos mais elevados. Ao longo do século XX, a região ficou conhecida pelos castanhais nativos, formados por castanheiras de grande porte, árvores que sustentaram um ciclo econômico inteiro e cuja preservação ainda é recomendada pelos estudos de caracterização do município.

Relevo e solos como condicionantes

A altitude média do território é de cerca de 205 metros, e o ponto mais elevado, de aproximadamente 700 metros, encontra-se na Serra do Cinzento, a oeste. Depressões, planícies, patamares e serras compõem o relevo, em que se destacam ainda as serras da Redenção e parte da Serra dos Carajás. Predominam os solos podzólicos vermelho-amarelos de textura argilosa e os latossolos vermelho-amarelos distróficos, ao lado de solos aluviais nas várzeas, litólicos e afloramentos rochosos. A vulnerabilidade de cada ambiente acompanha a forma como ele é usado. Nas várzeas e margens, cobertas por floresta ombrófila densa aluvial, a água é o principal agente de transformação, com inundação sazonal e erosão. Nos patamares e colinas, onde ocorre a floresta aberta com palmeiras, a pastagem avança sobre a mata. Nas serras, de floresta submontana, os solos rasos e os afloramentos rochosos limitam a ocupação. Nos castanhais, o interesse econômico da árvore em pé tende a protegê-la, mas as queimadas de estiagem ameaçam a regeneração.

Alteração da cobertura e unidades de conservação

Registros de sensoriamento remoto apontam que a cobertura vegetal alterada já atingia cerca de 19% do território em meados da década de 1980, e a ocupação posterior, ligada à pecuária e às estradas, ampliou esse percentual. Para conter a perda, o município abriga áreas protegidas de grande porte, entre as quais se destacam:

- A Reserva Biológica do Tapirapé, com cerca de 103.000 hectares, voltada à proteção integral de ecossistemas florestais.
- A Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, com cerca de 190.000 hectares, destinada ao uso sustentável dos recursos florestais.
- A Floresta Nacional do Itacaiúnas, dedicada à proteção de recursos hídricos da bacia do rio de mesmo nome.
- A Terra Indígena Mãe Maria, parte da qual se estende pelo município vizinho de Bom Jesus do Tocantins.

Hidrografia do Município de Marabá

A bacia Tocantins-Araguaia e o rio Tocantins

Inserção na maior bacia inteiramente brasileira

Todo o território marabaense integra a Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia, que reúne cerca de 920.000 km² e é considerada a maior bacia hidrográfica situada inteiramente em território brasileiro. O rio Tocantins, eixo dessa bacia, atravessa o município no sentido sul-norte e define a paisagem da cidade: é nele que se apoiam a orla, a navegação regional, a pesca e o turismo de praia.

O Tocantins é navegável em trechos extensos e ocupa lugar central no projeto da hidrovia Araguaia-Tocantins, cujas obras de adequação do leito dirigem-se, em especial, ao trecho de pedrais do município vizinho de Itupiranga, a jusante de Marabá. A existência de barragens ao longo da bacia, por sua vez, é apontada como fator de alteração do regime das águas e de barreira à migração de peixes, o que torna o planejamento do uso do rio um tema sensível para as comunidades ribeirinhas.

Usos do rio

O rio é, ao mesmo tempo, via de transporte, fonte de alimento e atrativo de lazer. Pescadores artesanais abastecem os mercados locais, barqueiros fazem a travessia até as praias de areia, e os dois rios integram o conjunto de recursos hídricos que sustentam o abastecimento e a drenagem da cidade.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITOS, ELEMENTOS, PODERES, NATUREZA, FINS E PRINCÍPIOS

Estado, Governo e Administração Pública: noções fundamentais

- **Conceito de Estado**

Estrutura política, jurídica e territorial

O Estado é a organização política e jurídica formada para ordenar a vida em sociedade, exercer autoridade sobre determinado território e buscar a realização do interesse público. No Direito Administrativo, o Estado é compreendido como pessoa jurídica de Direito Público, capaz de adquirir direitos, assumir obrigações, prestar serviços, editar normas, exercer poderes e responder por seus atos.

O Estado não se confunde com Governo nem com Administração Pública. Ele é a estrutura permanente. O Governo corresponde à direção política temporária dessa estrutura. A Administração Pública é o conjunto de órgãos, entidades e agentes que executam concretamente as atividades administrativas.

- **Elementos constitutivos do Estado**

Povo, território e soberania

Tradicionalmente, o Estado é formado por três elementos essenciais: povo, território e soberania. O povo representa o elemento humano, isto é, o conjunto de pessoas vinculadas juridicamente ao Estado. O território é o espaço físico sobre o qual o Estado exerce sua autoridade. A soberania é o poder de autodeterminação, que permite ao Estado organizar-se internamente e relacionar-se externamente com independência.

Elemento	Significado
Povo	Conjunto de pessoas vinculadas ao Estado
Território	Espaço onde o Estado exerce sua autoridade
Soberania	Poder de autodeterminação política e jurídica

- **Finalidade do Estado**

Realização do interesse público

A finalidade do Estado é promover o bem comum, organizar a convivência social, garantir direitos, manter a ordem jurídica e prestar atividades necessárias à coletividade. Para isso, utiliza o Governo como centro de direção política e a Administração Pública como instrumento de execução prática das decisões estatais.

Governo: conceito, função política e direção do Estado

- **Conceito de Governo**

Comando político do Estado

Governo é o conjunto de órgãos e agentes responsáveis pela direção política do Estado. Ele define prioridades, estabelece programas, conduz políticas públicas e orienta a atuação estatal conforme o projeto político escolhido legitimamente. Enquanto o Estado é permanente, o Governo é temporário, pois muda conforme eleições, mandatos e alternância de poder.

O Governo exerce função política, ligada às grandes escolhas estatais, como definição de políticas econômicas, sociais, educacionais, sanitárias e administrativas. A Administração Pública, por sua vez, executa essas decisões de modo técnico, jurídico e contínuo, obedecendo à lei e aos princípios administrativos.

- **Governo e Administração Pública**

Direção política e execução administrativa

A distinção entre Governo e Administração Pública é essencial. O Governo decide os rumos políticos do Estado; a Administração executa, concretiza e operacionaliza essas decisões. Assim, políticas públicas podem nascer de escolhas governamentais, mas sua execução depende da estrutura administrativa.

Elemento	Característica principal
Estado	Estrutura jurídica e política permanente
Governo	Direção política temporária
Administração Pública	Execução técnica e administrativa das funções públicas

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

- **Formas de organização política**

Formas de governo, sistemas de governo e formas de Estado

As formas de governo indicam como ocorre a relação entre governantes e governados, destacando-se república e monarquia. Os sistemas de governo tratam da relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, como presidencialismo e parlamentarismo. Já as formas de Estado indicam a organização territorial do poder, como Estado unitário e federação.

No Brasil, adota-se a forma republicana de governo, o sistema presidencialista e a forma federativa de Estado. Essa estrutura influencia diretamente a organização administrativa, pois distribui competências entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Administração Pública: sentidos, funções e organização

- **Sentidos da Administração Pública**

Sentido subjetivo e sentido objetivo

A Administração Pública pode ser compreendida em dois sentidos principais. Em sentido subjetivo, orgânico ou formal, representa o conjunto de órgãos, entidades e agentes responsáveis pelo exercício da função administrativa. Nesse caso, observa-se quem atua: ministérios, secretarias, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e servidores públicos.

Em sentido objetivo, material ou funcional, Administração Pública significa a própria atividade administrativa. Nesse enfoque, não se analisa quem executa, mas o que é executado: prestação de serviços públicos, exercício do poder de polícia, fomento, intervenção administrativa, fiscalização e gestão de bens e interesses públicos.

Sentido	Foco principal	Exemplo
Subjetivo	Quem exerce a função administrativa	Órgãos, entidades e agentes
Objetivo	Qual atividade é exercida	Serviço público, fiscalização e fomento

- **Função administrativa**

Execução concreta do interesse público

A função administrativa consiste na atividade concreta, direta e contínua desenvolvida pelo Estado para atender às necessidades coletivas. Ela se diferencia da função legislativa, que cria normas gerais, e da função jurisdicional, que resolve conflitos com definitividade. A Administração Pública atua executando a lei, prestando serviços, organizando estruturas, controlando atividades privadas e protegendo o patrimônio público.

- **Organização administrativa**

Administração direta e indireta

A Administração direta é formada pelos entes políticos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Dentro deles existem órgãos públicos, sem personalidade jurídica própria, responsáveis pela execução de competências internas.

A Administração indireta é formada por entidades com personalidade jurídica própria, criadas ou autorizadas para desempenhar atividades específicas. Inclui autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Essa divisão permite distribuir tarefas, especializar funções e tornar a atuação administrativa mais eficiente.

Princípios da Administração Pública

- **Importância dos princípios administrativos**

Base de validade da atuação estatal

Os princípios da Administração Pública orientam, limitam e controlam a atuação administrativa. Eles servem como critérios de interpretação das leis, fundamento de validade dos atos administrativos e parâmetro para verificar se a conduta do agente público respeita o interesse público. Mesmo quando a Administração possui certa margem de escolha, essa liberdade deve ser exercida conforme os princípios administrativos.

- **Princípios expressos**

Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

Os princípios expressos são aqueles previstos de forma direta no texto constitucional. Eles formam a base mínima obrigatória da atuação administrativa e devem ser observados por todos os Poderes, órgãos, entidades e agentes no exercício da função administrativa.

Princípio	Ideia central
Legalidade	A Administração só pode agir conforme o Direito
Impessoalidade	A atuação deve buscar finalidade pública, sem favorecimentos
Moralidade	O ato deve respeitar ética, probidade e boa-fé
Publicidade	Os atos devem ser transparentes, salvo sigilo legítimo
Eficiência	A atuação deve buscar qualidade, resultado e boa gestão

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ART. 1º AO 4º DA CRFB/88)

Dos Princípios Fundamentais

- **Forma, Sistema e Fundamentos da República**

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição".

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

- **Objetivos Fundamentais da República**

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação..

- **Princípios de Direito Constitucional Internacional**

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege - se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não - intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino - americana de nações.

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS (ART. 5º AO 11 DA CRFB/88); DOS DIREITOS POLÍTICOS (ART. 14 AO 16 DA CRFB/88)

Dos Direitos E Garantias Fundamentais

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

- **Direito à Vida**

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

- **Direito à Liberdade**

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

- **Direito à Igualdade**

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualam.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

- **Direito à Privacidade**

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

- **Direito à Honra**

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

- **Direito de Propriedade**

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir - se de obrigação legal a todos imposta e recusar - se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

DOS CRIMES (ART. 13 AO 25 DO CÓDIGO PENAL)

No campo do Direito Penal, a infração penal é considerada uma espécie de ato ilícito que pode ser classificada como crime ou contravenção penal, seguindo o sistema dicotômico adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro. A distinção entre essas duas categorias de infrações penais é fundamental para compreender a gravidade e as consequências jurídicas de cada uma.

O crime, também conhecido como delito, é considerado uma infração penal de maior gravidade em comparação com a contravenção penal, motivo pelo qual é punido com penas mais severas. Já a contravenção penal é uma infração de menor gravidade, sujeita a sanções mais brandas. Esta distinção é crucial, pois influencia diretamente o tipo de resposta punitiva que o sistema jurídico emprega diante das condutas consideradas ilícitas.

A compreensão dessas categorias e das suas respectivas consequências é essencial para o estudo do Direito Penal, pois serve como base para a aplicação das normas penais e a determinação das sanções adequadas para cada tipo de conduta ilícita.

▸ Conceitos de Crime

No âmbito do Direito Penal, o conceito de crime não se resume a uma única definição, mas abrange três diferentes abordagens: conceito formal, conceito material e conceito analítico. Cada um desses conceitos oferece uma perspectiva distinta sobre o que constitui um crime, e todos são amplamente utilizados na doutrina e na aplicação prática do direito.

▸ Conceito Formal

O conceito formal de crime é aquele que se baseia estritamente na lei. Segundo essa perspectiva, crime é toda conduta que está tipificada como tal no ordenamento jurídico. Ou seja, para que uma conduta seja considerada crime, ela deve estar prevista em uma norma penal que a defina e a descreva como tal. Este conceito, embora claro e objetivo, limita-se à formalidade da previsão legal, sem considerar a gravidade ou a relevância da conduta para o bem jurídico tutelado.

▸ Conceito Material

O conceito material de crime vai além da mera tipificação legal e considera a relevância da conduta para a sociedade. De acordo com essa visão, um ato só pode ser considerado crime se ele for capaz de ofender de forma significativa um bem jurídico relevante, ou seja, um valor ou interesse protegido pela lei que é essencial para o convívio social. Este conceito enfatiza a necessidade de que o comportamento criminoso cause uma lesão efetiva ou um risco significativo ao bem jurídico protegido, priorizando a substância sobre a forma.

▸ Conceito Analítico

Por fim, o conceito analítico de crime, também conhecido como análise dogmática, adota uma abordagem mais técnica e estruturada. Segundo este conceito, o crime é composto por três elementos fundamentais: fato típico, ilicitude (ou antijuridicidade) e culpabilidade. Esta é a chamada teoria tripartida do crime, que é amplamente adotada no Brasil. Segundo essa teoria, para que uma conduta seja considerada crime, ela deve ser tipificada (fato típico), ser contrária ao direito (ilícita) e ser atribuída a um agente que possa ser considerado culpável.

Há, no entanto, uma corrente minoritária que defende a teoria bipartida, na qual o crime seria definido apenas pela soma do fato típico e da ilicitude, sem a necessidade de considerar a culpabilidade como elemento constitutivo. Contudo, essa visão não é predominante na doutrina brasileira.

Esses três conceitos de crime — formal, material e analítico — oferecem diferentes perspectivas para a compreensão do fenômeno criminal, sendo todos eles fundamentais para a análise e aplicação do Direito Penal. A adoção dessas abordagens em conjunto permite uma compreensão mais rica e detalhada sobre o que constitui um crime e quais são as implicações jurídicas decorrentes dessa qualificação.

▸ Fato Típico (Conduta)

O conceito de fato típico é central para a teoria do crime no Direito Penal. Ele representa o primeiro elemento da estrutura analítica do crime e refere-se à conduta humana que se adequa a um tipo penal previsto em lei. Para que uma conduta seja considerada um fato típico, ela deve preencher certos requisitos essenciais, os quais serão explorados a seguir.

▸ Conceito de Fato Típico

O fato típico é a conduta que corresponde exatamente à descrição de um delito prevista na legislação penal. Para ser considerado típico, o ato deve reunir os seguintes elementos: conduta, resultado, nexo de causalidade e tipicidade. A ausência de qualquer um desses elementos descaracteriza o fato típico, o que pode resultar na inexistência do crime.

▸ Elementos do Fato Típico

Conduta

A conduta é o elemento central do fato típico e pode se manifestar como uma ação ou uma omissão. De acordo com a teoria finalista, a conduta é definida como a ação ou omissão voluntária, acompanhada de dolo ou culpa. Isso significa que para haver uma conduta típica, é necessário que haja a intenção (dolo) ou a negligência (culpa) por parte do agente.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Antes da adoção da teoria finalista, prevalecia no Brasil a teoria causalista, que definia a conduta como um mero comportamento físico, independente da análise do dolo ou culpa, os quais eram considerados apenas na etapa da culpabilidade. No entanto, com a mudança para a teoria finalista, o dolo ou culpa passaram a ser integrados na análise da conduta.

Dentro do conceito de conduta, podemos identificar diferentes classificações dos crimes com base na ação ou omissão do agente**:**

- **Crime comissivo:** ocorre quando o agente pratica uma ação proibida, como no caso de um homicídio.
- **Crime omissivo:** ocorre quando o agente deixa de praticar uma ação que deveria ser realizada, como a omissão de socorro. Esses crimes podem ser classificados em:
- **Crime omissivo próprio:** a simples omissão do agente já configura o crime, independentemente do resultado.
- **Crime omissivo impróprio:** ocorre quando o agente tinha o dever de agir para evitar um resultado, mas se omite e, dessa forma, contribui para o resultado lesivo.

Resultado

O resultado é a consequência jurídica ou naturalística da conduta do agente. Existem dois tipos principais de resultado:

- **Resultado jurídico:** é a ofensa a um bem jurídico protegido pela norma penal. Este tipo de resultado está presente em todo crime, pois a proteção de bens jurídicos é a principal função do Direito Penal.
- **Resultado naturalístico:** é a modificação no mundo exterior causada pela conduta do agente. Alguns crimes exigem que este resultado naturalístico ocorra para que o crime seja consumado, como no caso do homicídio, enquanto outros, chamados de crimes formais, não exigem a ocorrência desse resultado para a consumação, como na corrupção passiva.

Nexo de Causalidade

O nexo de causalidade é o vínculo que une a conduta ao resultado. Para que o agente possa ser responsabilizado, é necessário que sua conduta seja a causa do resultado. O Direito Penal brasileiro adota a teoria da equivalência dos antecedentes causais (ou *"conditio sine qua non"*), que considera causa toda ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido da mesma forma. Para determinar a causalidade, utiliza-se o método hipotético de eliminação, onde se elimina a conduta para verificar se o resultado ainda ocorreria.

Em casos excepcionais, o Código Penal adota a teoria da causalidade adequada, que busca identificar a causa que, de maneira mais direta e eficiente, produziu o resultado.

Tipicidade

A tipicidade é a adequação perfeita entre o fato praticado pelo agente e a descrição legal do crime. Ela se divide em:

- **Tipicidade formal:** ocorre quando a conduta do agente se encaixa exatamente no tipo penal descrito na lei.
- **Tipicidade material:** exige que a conduta não apenas se adeque ao tipo legal, mas também cause uma ofensa significativa ao bem jurídico protegido.

A presença da tipicidade é essencial para a configuração do crime, pois sem ela, não há como estabelecer a relação entre a conduta do agente e a previsão legal do delito.

- **Causas de Exclusão do Fato Típico**

Existem situações em que o fato típico pode ser excluído, mesmo que a conduta do agente pareça inicialmente se adequar ao tipo penal. Essas situações incluem:

- **Atos reflexos:** onde não há intenção ou controle sobre a ação, como no caso de um movimento involuntário que resulta em lesão a outra pessoa.
- **Sonambulismo:** o agente não tem controle consciente sobre suas ações enquanto está sonâmbulo.
- **Coação física irresistível:** o agente é forçado a praticar uma ação contra sua vontade, sob ameaça física imediata e inescapável.

Essas circunstâncias eliminam a voluntariedade ou a capacidade de controle sobre a ação, o que é essencial para a configuração de uma conduta típica.

- **Fato Típico Doloso e Culposo**

O fato típico pode ser classificado de acordo com a presença ou ausência de dolo ou culpa na conduta do agente. Essa classificação distingue o fato típico doloso do fato típico culposo, e cada um deles possui características próprias que influenciam diretamente a responsabilização penal.

- **Fato Típico Doloso**

- **Conceito de Dolo:**

O dolo é a intenção ou a consciência da prática do ato ilícito. De acordo com o artigo 18, inciso I, do Código Penal, há dolo quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo. Portanto, o dolo pode ser entendido como a conjugação da consciência e da vontade de realizar a conduta típica e obter o resultado.

- **Espécies de Dolo:**

O dolo se manifesta de diferentes formas, as quais influenciam a gravidade da conduta e, consequentemente, a aplicação da pena:

- **Dolo Direto:**
- **Dolo direto de primeiro grau:** ocorre quando o agente deseja diretamente o resultado, que é o objetivo principal de sua conduta. Por exemplo, ao atirar em alguém com a intenção de matar, o agente tem dolo direto de primeiro grau.
- **Dolo direto de segundo grau:** quando o agente prevê um resultado como consequência inevitável de sua ação, mesmo que não seja seu objetivo principal. Por exemplo, ao colocar uma bomba em um local com a intenção de matar uma pessoa específica, mas sabendo que outras também serão atingidas, o agente age com dolo direto de segundo grau em relação às demais vítimas.

- **Dolo Indireto:**
- **Dolo eventual:** ocorre quando o agente, mesmo sem querer diretamente o resultado, assume o risco de produzi-lo. Por exemplo, ao dirigir embriagado em alta velocidade, o agente assume o risco de causar um acidente com vítimas fatais.

GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

